

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 108/2026-C

Pelo presente instrumento particular, o **INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SAÚDE – INTS**, Organização Social, detentora do Contrato de Gestão Emergencial nº 008/2025 firmado com Município de Bertioga/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 11.344.038/0014-12, com sede na R. Cláudio Cesar de Aguiar Mauriz, nº 433, Quadra 15, Lote 16, Centro, Bertioga/SP, CEP 11.250-297, neste ato representada por seu Presidente, o **Sr. José Jorge Urpia Lima**, inscrito sob o CPF/MF nº 123.126.815-87 e portador da cédula de identidade RG nº 916317-42, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro lado, **NILZA DE OLIVEIRA ALVARENGA CENTRO RADIOLOGICO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 19.795.492/0001-87, com endereço na Rua Mihailo Lukich Michel, nº 94, Anexo Clínica, Boqueirão, Praia Grande/SP, CEP 11.701-370, neste ato representada pelo seu procurador, o **Sr. Milton de Oliveira Alvarenga**, inscrito(a) no CPF sob o nº 077.636.828-17, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, no final assinado na presença de 02 (duas) testemunhas, têm justo e contratado nos termos e estipulações das normas jurídicas incidentes neste instrumento, que mutuamente outorgam e aceitam, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços para realização de exames de tomografia computadorizada, com emissão de laudos e disponibilização de imagens, para atender ao aumento da demanda assistencial durante a temporada do verão, a fim de atender as necessidades relativas à Gestão, Operacionalização e Execução das Ações e Serviços de Saúde do Hospital Municipal de Bertioga, nas condições e especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta apresentada ao **CONTRATANTE**, os quais passarão a ser parte integrante do presente ajuste, independentemente de sua transcrição.

Parágrafo Primeiro – Nenhuma modificação poderá ser introduzida nos detalhes e especificações e preços, sem o consentimento prévio, por escrito, do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Segundo – Na necessidade de quaisquer outras disposições complementares, serão devidamente acrescentadas, das quais ambas as partes terão o conhecimento integral e a devida aceitação por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O objeto solicitado neste Contrato deverá ser executado no endereço abaixo:

- **Hospital Municipal de Bertioga**, localizado na Praça Vicente Molinari, s/nº, Centro, Bertioga/SP.

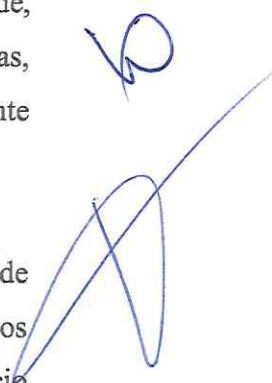
CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

O objeto solicitado neste Contrato deverá ser executado, de acordo com a listagem abaixo, podendo haver acréscimo ou redução de acordo com a necessidade da Unidade, sendo atestado em Relatório de Evidências pelo Gestor do Contrato. Eventual necessidade de escopo que seja acessório e essencial a uma perfeita execução dos objetos aqui previstos poderá ocorrer mediante aditamento contratual desde que demonstrada sua economicidade;

Parágrafo Primeiro – O escopo solicitado neste Contrato compreende na realização de exames de tomografia computadorizada, com emissão de laudos e disponibilização de imagens (digital e físico).

Parágrafo Segundo – A **CONTRATADA** deverá disponibilizar mão de obra qualificada de Técnico em Radiologia, sob demanda, conforme necessidade assistencial da Unidade, assegurando cobertura em regime e urgência e emergência de 24 (vinte e quatro) horas, incluindo finais de semana e feriados, além de Responsável Técnico (RT) legalmente habilitado perante o respectivo conselho profissional.

Parágrafo Terceiro – Compete à **CONTRATADA** a realização dos exames, emissão de laudos de tomografia computadorizada por médico radiologista habilitado, dentro dos prazos estabelecidos, bem como a disponibilização das imagens e resultados em meio digital e físico, com possibilidade de integração ao Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP) utilizado pela Unidade.



Parágrafo Quarto – Para os exames de tomografia computadorizada, a **CONTRATADA** deverá fornecer, obrigatoriamente os insumos específicos à execução dos exames, sem qualquer ônus adicional ao **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quinto – Os insumos comuns relacionados à assistência direta ao paciente (tais como cateteres, luvas de procedimento, seringas, máscaras cirúrgicas, entre outros) permanecerão sob responsabilidade do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Sexto – Todos os serviços deverão observar os guidelines (diretrizes) médicos vigentes, a NR-32, a RDC nº 36/2013, bem como as normas da ANVISA e demais legislações sanitárias aplicáveis.

Parágrafo Sétimo – Adicionalmente, deve a **CONTRATADA** manter a observância das demais legislações sanitárias e complementares (ANVISA e órgãos afins estaduais e municipais), atinentes e vigentes, ainda que omissas ou não citadas neste documento, a todos os exames e serviços em questão para o bom funcionamento deles e atendimento aos pacientes.

Parágrafo Oitavo – A **CONTRATADA** deverá observar a estimativa de quantidade de exames conforme tabela abaixo:

EXAME	PERÍODO	ESTIMATIVA MENSAL
Tomografia computadorizada sem contraste	24 horas/ Sob demanda	30
Tomografia computadorizada com contraste	24 horas/ Sob demanda	20

Parágrafo Nono – Para a realização durante as 24h do dia, sete dias por semana, os profissionais médicos deverão ficar de sobreaviso para composição das respectivas escalas. A convocação dos profissionais a serviço do Contrato, para quaisquer fins e sob quaisquer situações ou circunstâncias, é de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, e esta deverá sempre ser diligente em fazer tais convocações, independentemente de quaisquer notificações pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo Décimo – Os laudos deverão ser disponibilizados por meio eletrônico e físico e deverá haver integração com o Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP) usado ou designado pelo CONTRATANTE e/ou Unidade de Saúde em questão.

Parágrafo Décimo Primeiro – Os laudos deverão ser entregues obedecendo o SLA conforme solicitação dos exames:

- a) Tomografia computadorizada – Urgência ou Protocolos: Até 2h;
- b) Tomografia computadorizada – Eletiva: Até 24h;

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

O presente contrato vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias, tendo seu início em 01 de janeiro de 2026 e seu encerramento em 31 de março de 2026, podendo ser prorrogado desde que seja respeitado o limite de 180 (cento e oitenta) dias, conforme preconiza o art. 13. VII do Regulamento para Aquisição de Bens e Contratações de Obras, Serviços e Locações do INTS.

Parágrafo Único – Este Contrato estará integralmente condicionado à vigência do Contrato de Gestão Emergencial nº 008/2025 firmado com Município de Bertioga/SP, devendo durar somente enquanto este último vigor.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo cumprimento do objeto deste Contrato será pago o **valor sob demanda** mediante os exames de tomografia efetivamente realizados, conforme valores unitários extraídos da Proposta de Preço apresentada pela CONTRATADA, que faz parte integrante do presente contrato, independentemente de sua transcrição, mediante a emissão do relatório de evidências e da Nota Fiscal/Fatura:

DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
Exame de Tomografia sem Contraste	R\$ 256,90
Exame de Tomografia com Contraste	R\$ 256,90

Parágrafo Primeiro – O pagamento dar-se-á em até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal/Fatura, através de transferência em conta fornecida pela **CONTRATADA** na Nota Fiscal/Fatura, sendo vedada a emissão e pagamento através de boleto bancário.

Parágrafo Segundo – As Notas Fiscais deverão ser emitidas em favor do CNPJ informado no preâmbulo entre o dia 1º ao dia 15º do mês seguinte à execução do objeto, contendo minimamente o número do contrato em referência e os dados bancários para depósito, devendo a conta estar vinculada ao CNPJ de titularidade da **CONTRATADA**.

Parágrafo Terceiro – Estão inclusos no preço acima, todos os tributos, inclusive ICMS, ISS e Imposto de Renda, e outros encargos e obrigações trabalhistas e previdenciárias, lucros, fretes e demais despesas incidentes, tais como taxa de administração, suprimentos de gêneros alimentícios e embalagens, enfim, todos os custos necessários para a perfeita execução, assim que nada mais poderá ser cobrado do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto – A superveniência na majoração de alíquotas ou a criação de novos Tributos, Contribuições Sociais instituídos com vinculação a existência de contrato de trabalho dos empregados inerentes a este contrato, ocorridos na vigência deste, constituirão custos para a **CONTRATADA**.

Parágrafo Quinto – O valor relativo a eventuais serviços extras não previstos neste Contrato, quando solicitados e/ou autorizados expressamente pelo **CONTRATANTE**, será previamente ajustado por escrito mediante Termo Aditivo.

Parágrafo Sexto – As isenções específicas deverão ser comprovadamente apresentadas ao **CONTRATANTE**, bem como declaração firmada pela **CONTRATADA** justificando a sua isenção.

Parágrafo Sétimo – Ocorrendo atraso na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, o vencimento ficará automaticamente prorrogado por período equivalente, sem ônus ao **CONTRATANTE**.

Parágrafo Oitavo – Caso seja constatado algum erro na Nota Fiscal/Fatura, será a mesma devolvida e o respectivo pagamento suspenso até a sua efetiva correção, sem que isso

implique na paralisação do objeto ora contratado, bem assim a incidência de juros, reajuste ou multa.

Parágrafo Nono – Os pagamentos referentes ao cumprimento do contrato supracitado, estão condicionados à apresentação da Nota Fiscal/Fatura que deverão ser apresentadas junto com as seguintes certidões negativas de débitos ou positivas com efeito negativa, abrangendo a data de pagamento da Nota Fiscal/Fatura:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União -Federal e INSS;
- b) Certidão Negativa de Débitos Tributários - Estadual;
- c) Certidão Negativa de Débitos Mobiliários – Municipal;
- d) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação de Certificado de Regularidade de Situação – CRF;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

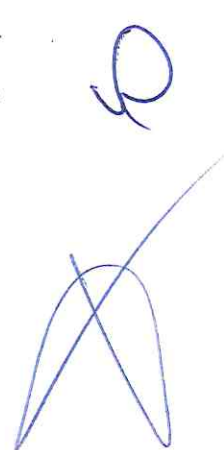
Parágrafo Décimo – O pagamento será efetuado somente mediante crédito em conta bancária de titularidade do Contratado, sendo vedada a emissão de boleto.

Parágrafo Décimo Primeiro – Os pagamentos descritos acima estarão condicionados ao recebimento, por parte do **CONTRATANTE**, dos recursos previstos no Contrato de Gestão nº 008/2025 Emergencial celebrado com o Município de Bertioga/SP.

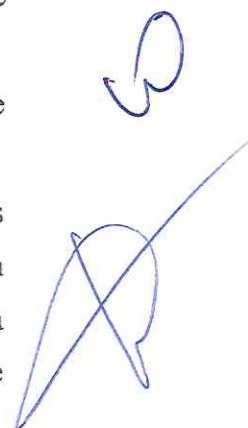
Parágrafo Décimo Segundo – Na hipótese de atraso no repasse dos valores do Contrato de Gestão Emergencial nº 008/2025 celebrado com o Município de Bertioga/SP, a **CONTRATADA** declara, desde este momento, que não terá direito a qualquer remuneração compensatória, a qualquer título, isentando o **CONTRATANTE** de qualquer ônus sobre as parcelas atrasadas.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da **CONTRATADA**, sem prejuízo de outras previstas neste Contrato:



- a) Executar o objeto contratado através da fixação de parâmetros técnicos e a tempo certo, obedecendo as condições e prazos estipulados entre as partes;
- b) Submeter ao **CONTRATANTE**, para prévia aprovação escrita, todo serviço que se fizer necessário à sua participação;
- c) Respeitar e fazer com que sejam respeitadas as normas atinentes ao bom funcionamento dos serviços prestados pelo **CONTRATANTE** e aquelas relativas ao objeto do Contrato;
- d) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto do presente contrato, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada sem prévio consentimento, por escrito, do **CONTRATANTE**;
- e) Manter, durante todo o período de vigência do Contrato, todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal, qualificação técnica e cumprimento do objeto;
- f) Cuidar da regularidade obrigacional derivada do vínculo e subordinação com o pessoal envolvido direta ou indiretamente na execução do Contrato, adimplindo com toda e qualquer obrigação fiscal e trabalhista decorrente da prestação de serviços dos seus cooperados/funcionários;
- g) Atuar conforme as normas estabelecidas pelos Órgãos de fiscalização profissional de sua especialidade e obedecer às normas legais vigentes na ANVISA e Ministério da Saúde aplicáveis ao **CONTRATANTE**, bem como atender todas as resoluções normativas pertinentes ao objeto do Contrato;
- h) Dar esclarecimentos sobre qualquer procedimento, o mais breve possível, a contar do recebimento de notificação para tal mister;
- i) Submeter-se à fiscalização a ser realizada pelo **CONTRATANTE**, ou qualquer Órgão fiscalizador, relativa à objeto pactuado, conforme regras estabelecidas nos protocolos internos e padronização do **CONTRATANTE** e do nosocômio onde será executado o objeto;
- j) Comunicar, por escrito, imediatamente, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis;
- k) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em decorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto, sendo defeso invocar o Contrato para eximir-se de



- qualquer responsabilidade ou obrigação, bem como transferir o ônus financeiro decorrente dessas obrigações ao **CONTRATANTE**;
- l) Executar o objeto contratado com o máximo de zelo, bem como seguir rigorosamente as especificações e normas pertinentes em vigência;
 - m) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus funcionários, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, sendo defeso invocar o Contrato para eximir-se de qualquer responsabilidade ou obrigação, bem como transferir o ônus financeiro decorrente dessas obrigações ao **CONTRATANTE**;
 - n) Dar ciência ao **CONTRATANTE**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar durante a execução do objeto;
 - o) Atender a qualquer convocação do **CONTRATANTE** para esclarecimentos a respeito da execução do objeto ora contratado;
 - p) Manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade no tocante ao objeto do Contrato, documentos, pesquisas, entrevistas e demais informações apuradas ou de que tome conhecimento durante a execução do objeto;
 - q) Deverá submeter-se às políticas e práticas de Compliance do **CONTRATANTE**, devendo ser acessadas através do site <https://ints.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Anexo-9-Codigo-de-Conduita-de-Terceiros-do-INTS.pdf>;
 - r) Ser avaliado periodicamente pelo **CONTRATANTE** observado as condições de fabricação ou execução do escopo, controle de qualidade, forma de armazenamento e transporte, quando aplicáveis, com o intuito de garantir a qualidade do objeto oferecido, seguindo o que preconiza a política e procedimento de avaliação de fornecedores do INTS;
 - s) Permitir que o **CONTRATANTE** realize visitas técnicas ao seu estabelecimento, quando necessário;
 - t) Preencher formulários e apresentar informações relacionadas ao Contrato, quando solicitado. A má qualidade do cumprimento do objeto contratado poderá ensejar a rescisão contratual por justo motivo;
 - u) Cabe a **CONTRATADA** a realização dos exames de tomografia computadorizada conforme solicitação médica especificada por segmento

corporal e quanto a necessidade de utilização de contraste, quando for o caso, sob demanda.

Parágrafo Único – A **CONTRATADA** se compromete a exibir todo e qualquer documento relacionado ao cumprimento de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, licenças, exames, habilitações e certificados de cursos de seus funcionários, bem como todo e qualquer documento relacionado aos seus veículos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do **CONTRATANTE**, sem prejuízo de outras previstas neste contrato:

- a) Exercer o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado quanto as quantidades, prazos e especificações, notificando a **CONTRATADA** por escrito para que tome as providências necessárias caso observado não conformidade para o efetivo cumprimento do Contrato, bem como rejeitar todo e qualquer material que não atendam as especificações contidas no presente contrato. Caso não sejam corrigidas as não conformidades em tempo hábil, cabe ao **CONTRATANTE** aplicar as devidas sanções;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos em tempo hábil, que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** para o melhor cumprimento do Contrato;
- c) Editar normas complementares para o gerenciamento da execução do Contrato em razão de exigência dos órgãos de controle e fiscalização aos quais o Contrato de Gestão que a Unidade esteja vinculada ou subordinada;
- d) Glosar do valor do Contrato eventuais prejuízos causados pela **CONTRATADA**, de qualquer natureza, bem como valores decorrentes de passivos trabalhistas e fiscais, gerada e não adimplidos pela **CONTRATADA**;
- e) Efetuar o pagamento na forma e nos prazos estabelecidos na contratação, bem como as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/fatura fornecida pela **CONTRATADA**, devendo a **CONTRATADA** enviar o relatório de evidências antecipadamente para validação do supervisor de área do **CONTRATANTE**;
- f) Avaliar periodicamente a **CONTRATADA** observando as condições de fabricação ou execução do escopo, controle de qualidade, forma de

armazenamento e transporte, quando aplicáveis, com o intuito de garantir a qualidade do objeto oferecido, seguindo o que preconiza a política e procedimento de avaliação de fornecedores do INTS;

- g) O **CONTRATANTE** poderá realizar visitas técnicas aos estabelecimentos da **CONTRATADA**, solicitar preenchimento de formulários e apresentação de informações relacionadas ao Contrato. A má qualidade do cumprimento do objeto contratado poderá ensejar a rescisão contratual por justo motivo.

Parágrafo Único – O presente contrato não implica em qualquer vínculo de solidariedade entre os contratantes, ficando cada qual responsável pelas obrigações derivadas de suas respectivas atividades, sejam elas de caráter fiscal, trabalhista, previdenciário, sem exclusão de qualquer outra.

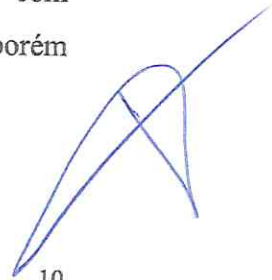
CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

O objeto ora contratado não enseja qualquer tipo de vínculo, inclusive trabalhista, entre a **CONTRATADA**, seus prepostos, prestadores de serviço e empregados, com o **CONTRATANTE**; respondendo aquele por todas as obrigações decorrentes de sua posição de empregador e **CONTRATANTE** dos profissionais porventura contratados para lhe auxiliar na execução deste pacto - não se estabelecendo entre estes e o **CONTRATANTE** ou entre esta e a **CONTRATADA**, qualquer tipo de solidariedade em relação aos mesmos.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido imediatamente, em caso de rescisão do Contrato de Gestão Emergencial nº 008/2025, celebrado com Município de Bertioga/SP, mediante o envio de notificação extrajudicial à **CONTRATADA**, apenas para formalização, sem qualquer indenização cabível, como também poderá ser rescindido, por quaisquer das partes, a qualquer tempo, mediante envio de notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que lhe caiba qualquer indenização, porém sem prejuízo do pagamento proporcional dos serviços já realizados.

3



Parágrafo Primeiro – O presente Contrato será considerado rescindido por justa causa, além dos demais motivos previstos em lei, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial:

- a) Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação de qualquer das partes;
- b) Inadimplência, por uma das partes, de quaisquer obrigações previstas no contrato, salvo em decorrência de caso fortuito ou força maior;
- c) Subcontratação ou cessão parcial ou total deste contrato a terceiros, sem autorização expressa da outra parte;
- d) Descumprimento de qualquer das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento.

Parágrafo Segundo – Na ocorrência de sucessão da **CONTRATADA**, o presente Contrato poderá prosseguir ou ser rescindido, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESPONSABILIDADES FISCAIS

O **CONTRATANTE** se responsabiliza pela retenção que lhe impuser a Legislação vigente, das taxas e impostos incidentes sobre as faturas mensais da execução do objeto, bem como pelo recolhimento das mesmas aos respectivos órgãos credores.

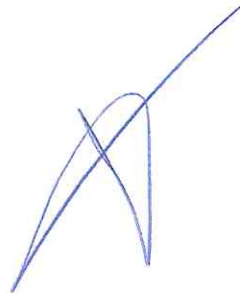
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESPONSABILIDADE CIVIL

A **CONTRATADA** responderá pelos danos causados ao **CONTRATANTE**, aos empregados, prestadores de serviços, prepostos, representantes ou terceiros, a que venha a dar causa, por ação ou omissão, em razão da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TOLERÂNCIA

Todas as obrigações decorrentes deste instrumento, se vencerão independentemente de qualquer notificação, interpelação ou aviso judicial ou extrajudicial. Qualquer tolerância no recebimento dos encargos em atraso, por qualquer das partes, não implicará em novação, permanecendo exigíveis as sanções contratuais independentemente de reforço.

40



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – COMPROMISSO DA CONTRATADA

A **CONTRATADA**, neste ato, compromete-se a:

- a) Não utilizar mão de obra infantil, ressalvado o menor aprendiz nos termos lei;
- b) Não utilizar trabalho forçado ou equivalente;
- c) Respeitar a legislação ambiental.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

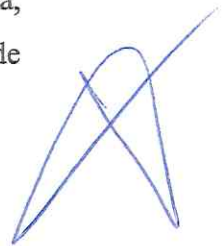
Fica estabelecido que, caso venha a ocorrer algum fato não previsto no instrumento, os chamados casos omissos, estes deverão ser resolvidos entre as partes, respeitados o objeto deste Contrato o código civil vigente, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, não se constituindo em novação ou renúncia ao direito de aplicar as sanções previstas neste contrato ou decorrentes de lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

O presente contrato será regido e interpretado em relação as leis de proteção de dados conforme a Legislação vigente de Proteção de Dados (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) de acordo com as leis da República Federativa do Brasil (13.709/2018 e suas atualizações), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, valendo-se para este contrato e incluindo também dados anteriores que possam já existir em nossa base de informações para proteção.

Parágrafo Primeiro – A **CONTRATADA**, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, tratando os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções do **CONTRATANTE**.

SO



Parágrafo Segundo – A **CONTRATADA** se compromete a acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Terceiro – No manuseio dos dados a **CONTRATADA** deverá:

- a) Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida;
- b) Manter ativo um procedimento para incidente de violações de segurança da informação, bem como manter sua equipe treinada para atuar nessa situação;
- c) Garantir, integralmente, os direitos dos titulares de dados de acordo com a legislação vigente, bem como diante suas bases legais de tratamento;
- d) Instituir políticas e procedimentos que fomentem as boas práticas na organização, juntamente com orientações e constante comunicação sobre a segurança da informação;
- e) Comprometer-se a estar em Conformidade aos padrões de boas práticas de governança e aos princípios gerais de LGPD e demais legislações aplicáveis, mediante art.46 e art.48;
- f) Garantir a realização efetiva do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, quanto à sua obrigatoriedade.

Parágrafo Quarto – Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito do **CONTRATANTE**, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações, salvo hipóteses previstas em lei.

Parágrafo Quinto – Caso a **CONTRATADA** seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar ao **CONTRATANTE** para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

Parágrafo Sexto – A **CONTRATADA** concorda em notificar ao **CONTRATANTE** imediatamente por escrito, caso tome conhecimento de incidente de segurança relativo aos dados pessoais que tenham sido disponibilizados/compartilhados com a **CONTRATADA** em razão do presente contrato, que possa acarretar risco ou dano relevante a estes ou na hipótese de receber qualquer notificação, reclamação ou solicitação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), conforme art. 48, por conta do tratamento de dados pessoais relacionados ao presente contrato.

Parágrafo Sétimo – Na assinatura desse contrato, a **CONTRATADA** consente e autoriza o tratamento de seus dados pessoais de acordo com a LGPD e da Política de Proteção de Dados do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Oitavo – O **CONTRATANTE** poderá tratar os dados da **CONTRATADA** de acordo com seu legítimo interesse, podendo inclusive prestar informações à autoridade de proteção de dados, ou terceiros que solicitarem informações da **CONTRATADA** relativas ao tratamento de Dados Pessoais, observando a legalidade do pedido, sem necessidade de novo consentimento.

Parágrafo Nono – A **CONTRATADA**, na assinatura desse contrato, dá consentimento e cede espontaneamente o uso gratuito do direito de sua imagem, voz, nome e dados, para o **CONTRATANTE**, que poderá utilizar esses dados em gravações audiovisuais internas e externas. Os dados serão armazenados por tempo indeterminado ou por determinação da autoridade nacional de proteção de dados, podendo ser utilizados para criação e divulgação de conteúdos institucionais em mídias sociais e em mídias impressas.

Parágrafo Décimo – A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

Parágrafo Décimo Primeiro – No caso de término do presente contrato, a **CONTRATADA** eliminará, nos termos dos arts. 15 e 16 da LGPD, todos os dados

pessoais que teve acesso, em decorrência do presente contrato – exceto aqueles necessários para cumprir obrigações legais ou regulatórias – se responsabilizando por eventuais danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, caso descumpra esta disposição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS ANTICORRUPÇÃO

As partes declaram, neste ato, que estão cientes, conhecem e entendem os termos das leis anticorrupção brasileira e de quaisquer outras leis antissuborno ou anticorrupção aplicáveis ao presente contrato; assim como das demais leis aplicáveis sobre o objeto do presente contrato. Em especial a Lei nº 12.846/13, suas alterações e regulamentações, que dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas, pela prática de ato contra a administração pública nacional ou estrangeira, também chamada de Lei Anticorrupção, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção.

Parágrafo Primeiro – As partes, por si e por seus administradores, sócios, diretores, funcionários e agentes ou outra pessoa ou entidade que atue, por qualquer tempo, em seu nome ou de qualquer outrem, se obrigam, no curso de suas ações ou em nome do seu respectivo representante legal, durante a consecução do presente Contrato, agir de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo – Na execução deste Contrato, nenhuma das partes, por si e por seus administradores, sócios, diretores, funcionários e agentes ou outra pessoa ou entidade que atue, por qualquer tempo, em seu nome ou de qualquer de suas afiliadas, tomando ou prestando serviços uma a outra, devem dar, prometer dar, oferecer, pagar, prometer pagar, transferir ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer funcionário ou empregado ou a qualquer autoridade governamental, concursados ou eleitos, em exercício atual de sua função ou a favor de sua nomeação, seus subcontratados, seus familiares ou empresas de sua propriedade ou indicadas, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com finalidade de: influenciar qualquer ato ou decisão de tal Agente Público em seu dever de ofício; induzir tal Agente Público a fazer ou deixar de fazer algo em relação ao seu dever legal;

assegurar qualquer vantagem indevida; ou induzir tal Agente Público a influenciar ou afetar qualquer ato ou decisão de qualquer Órgão Governamental.

Parágrafo Terceiro – Para os fins da presente Cláusula, as partes declaram neste ato que:

- a) Não violaram, violam ou violarão as Regras Anticorrupção estabelecidas em lei;
- b) Têm ciência de que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação.

Parágrafo Quarto – Qualquer descumprimento das regras Anticorrupção pelas partes, em qualquer um dos seus aspectos, ensejará a rescisão motivada imediata do presente instrumento, independentemente de qualquer notificação.

Parágrafo Quinto – "Órgão Governamental", tal como empregado na presente disposição, denota qualquer governo, entidade, repartição, departamento ou agência mediadora desta, incluindo qualquer entidade ou empresa de propriedade ou controlada por um governo ou por uma organização internacional pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS NORMAS DE CONDUTA

A **CONTRATADA** declara, neste ato, que está ciente, conhece e entende os termos do Código de Conduta de Terceiros, que pode ser encontrado no site do **CONTRATANTE**, obrigando-se por si e por seus administradores, sócios, diretores, funcionários e agentes ou outra pessoa ou entidade que atue, por qualquer tempo, em seu nome, a cumprir os seus termos, sob pena da aplicação das sanções contratuais previstas.

Parágrafo Primeiro – No exercício da sua atividade, a **CONTRATADA** obriga-se a cumprir com as leis de privacidade e proteção dos dados relacionados ao processo de coleta, uso, processamento e divulgação dessas informações pessoais.

Parágrafo Segundo – A **CONTRATADA** obriga-se a manter sigilo de todas e quaisquer informações do **CONTRATANTE** que venham a ter acesso, como documentos, projetos e quaisquer materiais arquivados e registrados de qualquer forma, sejam originais ou

copias, de quaisquer formas (gráficas, eletrônica ou qualquer outro modo), protegendo-as e não divulgando para terceiros.

Parágrafo Terceiro – A **CONTRATADA** declara, neste ato, que está ciente, conhece e irá cumprir a Política Antissuborno e a Política de Brindes, Presentes e Hospitalidades do **CONTRATANTE**, que podem ser acessadas através do site: <http://ints.org.br/>.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA REALIZAÇÃO DE *DUE DILIGENCE* DE INTEGRIDADE

Para atender aos padrões de integridade do **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** obriga-se a fornecer informações sobre sua estrutura organizacional, relacionamento com agentes públicos, histórico de integridade, relacionamento com terceiros e seus controles de integridade.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS SANÇÕES

A parte **CONTRATADA** que descumprir as obrigações assumidas através deste Contrato estará sujeita às sanções de advertência formal, aplicação de multa contratual, no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, bem como a rescisão do contrato e/ou a sua inclusão na Lista Restrita do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Único – A parte **CONTRATADA** declara, neste ato, que está ciente e consente com as penalidades previstas neste Contrato, obrigando-se por si e por seus administradores, sócios ou outra pessoa ou entidade que atue, por qualquer tempo, em seu nome.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

Todas as comunicações e entrega de documentos realizados em razão deste contrato deverão ser feitas por escrito, através de correspondência:

- a) Entregue pessoalmente, contrarrecibo;
- b) Enviada por carta registrada com Aviso de Recebimento - AR;

- c) Enviada por e-mail ou outro meio eletrônico amplamente aceito;
- d) Enviada por Cartório de Títulos e Documentos ou por via judicial;
- e) Dirigidas e/ou entregues às partes nos endereços constantes do preâmbulo ou encaminhadas para outro endereço que as partes venham a fornecer, por escrito.

Parágrafo Primeiro – Qualquer notificação será considerada como tendo sido devidamente entregue na data da:

- a) Assinatura na 2ª (segunda) via da correspondência entregue pessoalmente ou encaminhada mediante protocolo;
- b) Assinatura do Aviso de Recebimento - AR;
- c) Confirmação expressa da outra parte referente ao recebimento da comunicação via e-mail;
- d) Entrega da notificação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo Segundo – As partes obrigam-se a comunicar uma à outra, por escrito, toda e qualquer alteração de seu endereço, telefones e e-mails para contato, sob pena de, não o fazendo, serem reputadas válidas todas as comunicações enviadas para o endereço e e-mail constantes de sua qualificação no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro – O presente Contrato rescinde e substitui todos os outros contratos, negócios, ajustes verbais ou escritos referentes ao objeto ora pactuado, eventualmente efetuados pelas partes anteriormente à presente data.

Parágrafo Segundo – As partes contratantes concordam em rever as condições estabelecidas no presente contrato, sempre que alterações supervenientes na legislação vigente ou na conjuntura socioeconômica venham afetar as condições contratuais definidas no presente instrumento.

Parágrafo Terceiro – O presente instrumento somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado entre as partes, sob pena de nulidade da cláusula.

Parágrafo Quarto – Este contrato obriga as partes e seus sucessores a qualquer título.

Parágrafo Quinto – Havendo divergência entre qualquer das disposições deste Instrumento com a Proposta da **CONTRATADA** e ou qualquer outro documento, prevalecerá o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Salvador/BA, para dirimir as questões oriundas da execução deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Bertioga/SP, em 01 de janeiro de 2026.

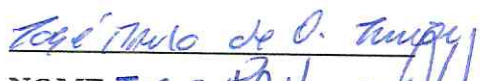

José Jorge Urpia
Presidente
Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SAÚDE – INTS




NILZA DE OLIVEIRA ALVARENGA CENTRO RADIOLOGICO

TESTEMUNHAS:



NOME: José Paulo de Oliveira
CPF: 317268568-36 Sr.



NOME: Gáetano Ribeiro Guimarães
CPF: 162431958-05

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
COMARCA DE PRAIA GRANDE - ESTADO DE SÃO PAULO



Bel. David Shoji
TABELIÃO



PRIMEIRO TRASLADO - LIVRO 2642 - PÁGINAS 331/ 333

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ
NILZA DE OLIVEIRA ALVARENGA

S A I B A M quantos este público instrumento de procuração bastante virem que aos vinte e cinco (25) dias do mês de junho, do ano dois mil e vinte e cinco (2025), da Era Cristã, nesta cidade, distrito, município e comarca de Praia Grande, Estado de São Paulo, em cartório perante mim, escrevente autorizada, compareceu como outorgante: **NILZA DE OLIVEIRA ALVARENGA**, brasileira, divorciada, empresária, portadora do Registro Geral - CPF n. 069.978.498-06, residente e domiciliada nesta cidade, na Avenida Brasil, n. 258, Boqueirão, CEP. 11701-090, tel.: (13) 99206-3826, endereço eletrônico: centroradsaogabriel@hotmail.com; capaz, reconhecida como sendo a própria, que dou fé. Pela outorgante me foi dito que, por este público instrumento e nos melhores termos de direito, na qualidade de proprietária da firma: **NILZA DE OLIVEIRA ALVARENGA CENTRO RADIOLOGICO**, inscrita no CNPJ sob n. 19.795.492/0001-87, NIRE n. 35132624329-JUCESP, estabelecida nesta cidade, na Rua Mihailo Lukich Michel, n. 94, Boqueirão, CEP. 11701-370, Tel. (13) 99206-3826; conforme Requerimento de empresário, firmado aos 13 de abril de 2022, registrado na JUCESP sob n. 3513262432-9, em sessão de 19 de maio de 2022, cuja cópia encontra-se arquivada Nestas Notas, juntamente com a Ficha Cadastral Completa, expedida aos 24 de junho de 2025, via internet pelo site da JUCESP, na Pasta n. 429, Sob n. 155/158, capaz, reconhecida sendo a própria por mim, do que dou fé. Por ela me foi dito que por este público instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui por seu bastante procurador: **MILTON DE OLIVEIRA ALVARENGA**, brasileiro, casado, empresário, CNH Registro n. 01166310852 DETRAN-SP, onde consta o RG n. 21937992-SSP-SP, CPF n. 077.636.828-17, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Duque de Caxias, n. 180, apto. 12, Boqueirão; a quem confere amplos, gerais e ilimitados poderes para o fim especial de representar a referida firma, sempre respeitando o acordo no contrato social; **podendo comprar e vender mercadorias relativas ao seu comércio**, pagar e receber quantias, assinar recibos e dar quitação; pagar e receber contas; promover cobranças amigáveis e judiciais, dar recibos e quitações; endossar e assinar duplicatas e descontá-las, títulos de débito e crédito, letras de câmbio, admitir funcionário qualificado e despedir, fixando-lhes ordenados e comissões; **representar perante quaisquer repartições públicas** federais, estaduais, municipais e autárquicas, bem como no comércio em geral, tais como Instituto Nacional da Previdência Social - INSS, Ministérios, Ministério do Trabalho e Emprego, Receita Federal do Brasil, Empresas Concessionárias, Sindicatos, Empresa de Correio e Telégrafos, Cia de Água e Energia Elétrica, Certificadores Digitais - ICP Brasil, Cartórios e quaisquer outras repartições; podendo assinar, juntar, e retirar documentos, solicitar serviços, pagar quantias, assinar recibos e dar quitação, cadastrar, renovar certificado digital; **representar comercialmente junto a clientes** e empresas representadas, participar de licitações e concorrências, participar de leilões públicos e privados, podendo assinar e rescindir contratos, firmar requerimentos de qualquer natureza ou teor, concordar com termos, cláusulas e condições; **representar perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal**, inclusive na Justiça do Trabalho e no Conselho de Contribuinte, constituir advogado com os poderes da cláusula "ad-judicia", e demais especiais de variar, recorrer, desistir, transigir, firmar compromissos e acordos, receber e dar quitação, podendo participar de

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO, FALSIFICAÇÃO OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



União Internacional
do Notariado Latino
(Fundada em 1949)



08022602172663.000453880-3

Rua Dr. Roberto Shoji, 230 - Boqueirão - Praia Grande - SP - CEP 11701-030
Fone: (13) 3499-1000



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Estado de São Paulo




audiências; requerer, alegar, pagar impostos e taxas, juntar, retirar e assinar documentos; podendo ainda **representar perante qualquer Banco e Instituições Financeiras**, tais como CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, BANCO DO BRASIL S.A, BRADESCO S.A, SANTANDER S.A, ITAÚ UNIBANCO S.A, SICOOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Cooperativa de Economia de Crédito Mútuo dos Profissionais de Saúde das Regiões Metropolitanas da Baixada Santista e Grande São Paulo Ltda, em quaisquer uma de suas agências e demais estabelecimentos de crédito em geral, à fim de abrir, movimentar e encerrar contas de qualquer natureza em nome da referida firma; podendo fazer retiradas mediante recibos, ordem de pagamento, autorizar débitos, recadastramentos, transferências e pagamentos por carta ou outro meio; solicitar informações de saldos de contas credores ou devedores, extratos, retirada de cartão magnético, e estipular sua senha e cadastros digitais; tratar todos assuntos referente a cartões de créditos; requerer e retirar talões de cheque, assinar, endossar e descontar cheques, receber e dar quitação, contrair empréstimos, financiamentos e fazer aplicações; podendo comprar, vender, ceder, anuir, prometer comprar, vender e ceder, transferir, compromissar, hipotecar, ou por qualquer outra forma alienar a quem desejar, pelo preço e condições que convencionar os **imóveis** que a firma possui ou a que venha possuir; podendo ajustar compradores, preço e condições, pagar e receber quantias, assinar recibos, dar e receber quitação, descrever melhor os imóveis dando suas medidas e confrontações, assinar escrituras públicas ou instrumentos particulares de qualquer natureza, inclusive rerratificação; receber e transmitir posse, jus, domínio e ações; responder ou prometer responder pela evicção de direito, prestar declarações, autorizar registros, averbações e cancelamentos junto ao Registro de Imóveis competente; representar perante a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, BANCO DO BRASIL, BRADESCO S/A, SANTANDER S/A, ITAÚ UNIBANCO S/A e perante quaisquer outros Bancos e Instituições Financeiras que se fizer necessário, em qualquer um de seus Escritórios de Negócios, para o fim especial de comprar, vender, ceder, dar em alienação fiduciária ou em hipoteca em qualquer grau os imóveis que a firma possui ou a que venha possuir, podendo abrir, movimentar e liquidar contas, receber e transmitir domínio, direito, ação e posse, responder pela evicção de direito, liquidar dividas hipotecárias, fiduciárias e tributos fiscais, que incidam sobre ditos imóveis, ajustar o preço de compra e venda, da cessão ou valor da hipoteca/alienação, receber, passar recibo e dar quitação total e irrevogável do preço ou valor, assinar e endossar cheques, dar, se necessário imóveis em garantia de alienação fiduciária ou hipotecária do mútuo a ser contraído, combinar cláusulas e condições, assinando os contratos necessários, inclusive de rerratificação, podendo, também, prestar as declarações exigidas pelo Decreto n. 93.240/86; podendo comprar, vender, locar, transferir ou por qualquer forma alienar ou onerar a quem desejar ou para si próprio os **veículos** que a firma possui e os que venha a possuir, podendo para tanto ajustar o preço de compra e venda, locação ou de condições para alienar, locar, dar e receber quitação, total ou parcial, firmar contrato de compra e venda com ou sem reserva de domínio, receber o preço de venda ou outra transação qualquer, conduzir, lotar ou usar o veículo no tráfego, representando perante as autoridades de trânsito, principalmente DETRAN, CIRETRAN, DELEGACIAS, PÁTIOS, FINANCEIRAS, CORRETORAS DE SEGUROS, CARTÓRIOS, CONCESSIONÁRIAS, POUPATEMPO, podendo solicitar e ter acesso a qualquer documento; tomar as medidas que forem necessárias ao emplacamento, licenciamento, transferências; liberação do veículo; firmar por autenticidade; requerer, registrar e retirar 2ª via de qualquer documento, inclusive recibo de venda - CRV, CRLV, DPVAT, IPVA, LICENCIAMENTO; autorizando e acompanhar vistoria do veículo; assinar o que for necessário perante as Repartições; podendo assinar alterações contratuais e

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
COMARCA DE PRAIA GRANDE - ESTADO DE SÃO PAULO



Bel. David Shoji
TABELIÃO



se necessário o encerramento da mesma, em nome da firma, representar perante a Junta Comercial, Empresas Seguradoras em geral e Cartórios, **assinando Contratos Sociais e alterações contratuais**, juntar e retirar documentos, fazendo retiradas, requerendo, promovendo, assinando e praticando tudo o que for necessário; praticar enfim todos os demais atos que se façam necessários ao bom e fiel desempenho do presente mandato, mesmo os não expressamente nominados neste instrumento, mas que por sua natureza ou necessário interesse, compreenda intervencidos aos poderes aqui conferidos, SENDO VEDADO O SUBSTABELECIMENTO. **Os elementos relativos à qualificação e identificação do procurador, bem como os dados referentes aos objetivos desta procuração, foram fornecidos e conferidos por ela outorgante e que se responsabiliza, isentando o tabelião por qualquer incorreção ou equívoco, advindos das declarações da mesma; e que fica o outorgado obrigado a apresentar o documento comprobatório da propriedade para que a presente produza efeito.** Relatório de Consulta de Indisponibilidade, com resultado negativo, Código HASH: **s599981i2q**, pesquisado nesta data, na Central Nacional de Indisponibilidade (www.indisponibilidade.org.br). **A PRESENTE TERÁ VALIDADE ATÉ 25 DE JUNHO DE 2028.** E, de como assim disse, dou fé. Pedeu-me e eu lavrei este instrumento o qual feito, sendo lido e conferido, aceita e assina, dispensando a presença e assinaturas de testemunhas. Eu, (a.) Júlia Azam Fernandes, escrevente autorizada, a digitei. E, eu (a.) David Shoji, Tabelião, subscrevi. (a.) ASSINADA PELA PARTE COMPARECENTE. (Custas e contribuições - recolhimento por verba). Eu,  Tabelião, conferi, subscrevi e assino em público e raso.



Selo Digital nº
1224401PR00010000773525L

Tabelião:	188,30
Estado:	53,52
IPESP:	36,62
Reg. Civil:	9,91
T. Justiça:	12,92
M. Público:	9,04
Sta. Casa:	1,88
Município:	9,41
Total:	321,60
Recolhimentos feitos por guia	

Em testº  da verdade

David Shoji
Tabelião

Bel. David Shoji
e.

REPUBLICA FEDERATIVA
VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTEIRAÇÃO, PASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO.



União Internacional
de Notariado Latino
(Fundada em 1948)



08022602172663.000453881-1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo



EM BRANCO

EM BRANCO